

(DO SR. IVO CERSÓSIMO)

Dispõe sobre pagamento de salário-família ao dependente e determina outras providências.

À COM. DE CONST. E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO em 1.<sup>o</sup> de agosto de 1990

Ao Sr. Deputado, em 19

O Presidente da Comissão de Justiça e de Redação

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em 19 \_\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em 19 \_\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em 19 \_\_\_\_

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em 19 \_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de

O Presidente da Comissão de

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
PROJETO DE LEI Nº 5.519, DE 1990  
(DO SR. IVO CERSÓSIMO)



Dispõe sobre pagamento de salário-família ao dependente e determina outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.484, DE 1989 )



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apende-se ao PL. 3484/89.

Em 28/06/90.

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 5519, de 1990.

Dispõe sobre pagamento de salário-família  
ao dependente estudante, e determina ou-  
tras providências.

DO DEPUTADO IVO CERSÓSIMO

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º- O art. 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963 ,  
passa a vigorar acrescido de dispositivo com a seguin-  
te redação:

"Parágrafo único. O salário-família é devido também ao  
dependente econômico do trabalhador  
até completar vinte e quatro anos de idade".

Art. 2º - Esta lei vigora com a publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.





CÂMARA DOS DEPUTADOS



J U S T I F I C A Ç ã O

O salário-família é devido a todo empregado por filho de qualquer condição, até 14 anos de idade, limite que, a nosso juízo, constitui tratamento injusto, já que tanto o Imposto de Renda defere a condição de dependente ao estudante universitário até completar vinte e quatro anos de idade, quanto o fato de que bem acima daquela idade os jovens, geralmente, frequentam estabelecimentos de ensino, sejam cursos técnicos ou profissionalizantes.

A maioria dos trabalhadores não tem condição de prover as despesas necessárias à manutenção de seus dependentes em estabelecimentos escolares, razão por que o benefício que ora se quer ver instituído pelo menos subsidiará os seus estudos.

Sala das Sessões, em 28 de Junho de 1990

DEPUTADO IVO CERSÓSIMO

LEGISLAÇÃO CITADA: ANEXADA PELA COORDENAÇÃO  
DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI Nº 4.266 DE 3 DE OUTUBRO DE 1963

Institui o salário-família do trabalhador e dá outras providências.

Art. 1º O salário-família, instituído por esta lei, será devido, pelas empresas vinculadas à Previdência Social, a todo empregado, como tal definido na Consolidação das Leis do Trabalho, qualquer que seja o valor e a forma de sua remuneração e na proporção do respectivo número de filhos.

Art. 2º O salário-família será pago sob a forma de uma quota percentual, calculada sobre o valor do salário mínimo local, arredondado este para o múltiplo de cruzeiro seguinte, por filho menor de qualquer condição, até 14 anos de idade.

Art. 3º O custeio do salário-família será feito mediante o sistema de compensação, cabendo a cada empresa, qualquer que seja o número e o estado civil de seus empregados, recolher, para esse fim, ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), a contribuição que for fixada em correspondência com o valor da quota percentual referida no art. 2º.

§ 1º A contribuição de que trata este artigo corresponderá a uma percentagem incidente sobre o salário-mínimo local multiplicado pelo número total de empregados da empresa, observados os mesmos prazos de recolhimento, sanções administrativas e penais e demais condições estabelecidas com relação às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social.

§ 2º (Revogado pelo art. 19 da Lei nº 5.890, de 8 de Junho de 1973.) (DO de 11-6-1973.)

Art. 4º O pagamento das quotas do salário-família será feito pelas próprias empresas, mensalmente, aos seus empregados, juntamente com o do respectivo salário, nos termos do art. 2º.

§ 1º Quando os pagamentos forem semanais ou por outros períodos, as quotas serão pagas juntamente com o último relativo ao mês.

§ 2º Para efeito do pagamento das quotas, exigirão as empresas, dos empregados, as certidões de nascimento dos filhos, que a isto os habilitam.

§ 3º As certidões expedidas para os fins do § 2º deste artigo são isentas de selo, taxas ou emolumentos de qualquer espécie, assim como o reconhecimento de firmas a elas referentes, quando necessário.

§ 4º Dos pagamentos de quotas feitos, guardarão as empresas os respectivos comprovantes, bem como as certidões para o efeito da fiscalização do INPS, no tocante ao reembolso a que se refere o art. 5º.

Art. 5º As empresas serão reembolsadas, mensalmente, dos pagamentos das quotas feitas aos seus empregados, na forma desta lei, mediante desconto do valor respectivo no total das contribuições recolhidas ao INPS.

Art. 6º A fixação do salário-mínimo, de que trata o Capítulo II do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, terá por base unicamente as necessidades normais do trabalhador sem filhos, considerando-se atendido, com o pagamento do salário-família instituído por esta lei, o preceituado no art. 157, nº 1, da Constituição Federal.

Art. 7º Ficam fixados, pelo período de três anos, os seguintes valores relativos à presente lei:

I - de 5% (cinco por cento) para cada quota percentual a que se refere o art. 2º;

II - de 6% (seis por cento) para a contribuição de que trata o art. 3º.

§ 1º Se, findo o período previsto neste artigo, não forem revistos os valores nele fixados, continuarão a vigorar até que isto se verifique a efetuar.

§ 2º A qualquer alteração no valor de uma das percentagens deverá corresponder proporcionalmente o da outra, de modo a que seja assegurado o perfeito equilíbrio do custeio do sistema no regime de repartição anual.

Art. 8º Os empregados abrangidos pela presente lei ficam excluídos do campo de aplicação do Decreto-lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941, no tocante ao abono às famílias numerosas.

Art. 9º As quotas do salário-família não se incorporarão para nenhum efeito, ao salário ou remuneração devidos aos empregados.

Art. 10 Esta lei entrará em vigor a partir do primeiro dia do mês que se seguir ao decurso de 30 (trinta) dias contados da data de sua publicação.

Parágrafo Único. Dentro do prazo referido neste artigo, o Poder Executivo expedirá o Regulamento desta lei.

Art. 11 Revogam-se as disposições em contrário.



H



PROPOSICAO : PL. 5519 / 90  
AUTOR : IVO CERSOSIMO - PMDB/MS

DATA APRES.: 28/06/90

Dispoe sobre pagamento de salario-familia ao dependente estudante, e  
determina outras providencias.

Despacho :

Apense-se ao PL. 3484/89.

SGM/Edilson.